

BOLETIM 22

Brasília, 2 de dezembro de 2015

Trabalhadores da construção continuam greve em Pernambuco

Os trabalhadores da construção civil em Pernambuco continuam em greve. Apesar de terem avançado nas negociações, a categoria não aceitou todas as contrapropostas apresentadas pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Pernambuco (Sinduscon-PE) e pela da Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Pernambuco (Ademi-PE).

O principal ponto de desacordo é em relação ao pagamento dos dias parados, que o Sinduscon-PE não pretende arcar. De acordo com a entidade, o Sindicato dos trabalhadores da construção civil, o Marreta, chegou a propor que fossem pagos metade desses dias, mas os representantes da indústria da construção propuseram que houvesse uma compensação no período de férias ou de rescisão contratual.

Outro ponto de desacordo foi a suspensão do uso de celulares durante o expediente, pedido dos patrões que não foi aceito pelos trabalhadores. Segundo o Sinduscon-PE, os aparelhos representam um risco para os próprios operários.

As partes, no entanto, já estão em acordo em dois outros pontos: a manutenção da data base no dia 1º de outubro e o índice de reajuste em 12%. No início da paralisação os trabalhadores pediam um índice de 20%.



Dulcilene, presidente do MARRETA, e Edivan, ao seu lado, em reunião durante a paralisação dos trabalhadores juntamente com outras lideranças sindicais



Assembléias mobilizam milhares de trabalhadores

FEDERAÇÃO

Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Norte e Nordeste (FETICOM) encabeça a luta dos operários da construção civil do Estado e busca superar os impasses que ainda persistem nas negociações com o segmento empresarial.

Segundo o presidente da FETICOM, companheiro Edivan Mariano da Cruz, “os trabalhadores do estado tem demonstrado uma

grande capacidade de mobilização e esse é o nosso principal trunfo para atingir nossos objetivos”.



A avaliação é de que a greve mobilizou mais de 100 mil trabalhadores de todo estado

MARRETA

A presidente do Sindicato Dos Trabalhadores Da Construção Civil (Marreta), Dulcilene Moraes, rebateu as afirmações e criticou o que chamou de "falta de autonomia" dos representantes da Sinduscon e da Ademi, por sempre recorrer a uma assembleia. Falou ainda que os presidentes "brincam de negociar" num assunto que envolve mais de 120 mil trabalhadores na campanha salarial.

Dulcilene disse que nenhuma proposta foi aceita e sugeriu que fossem feitas oficialmente e divulgadas para imprensa para que, assim, ficasse claro a todos a proposta. Quanto à alteração da data-base, foi dito que pertence à classe dos trabalhadores e que os representantes patronais querem "usar como moeda de troca algo que não é deles".

CONTRICOM

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, reafirmou sua “solidariedade à luta dos trabalhadores pernambucanos” e colocou a confederação à disposição do Sindicato e da Federação “para a continuidade da luta e um bom desfecho das negociações.”

Fonte: Comunicação CONTRICOM

PIB cai 1,7% no terceiro trimestre do ano

O Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país, fechou o terceiro trimestre do ano com queda de 1,7% em relação ao trimestre imediatamente anterior. Os dados das Contas Nacionais foram divulgados nesta terça-feira (1º) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e indicam a maior retração do PIB em terceiros trimestres, desde o início da série histórica em 1996.

Na comparação com o mesmo período do ano passado, a queda chega a 4,5%, enquanto no acumulado dos últimos quatro trimestres a queda é de 2,5%. No ano, o PIB acumula queda de 3,2%.

Na análise dos subsetores da economia, a agricultura teve retração de 2,4% no período, a indústria caiu 1,3% e o setor de serviços registrou queda de 1%.

Os dados do IBGE mostram ainda que o consumo das famílias caiu 1,5% e o do governo, 0,3%.

Fonte: Agência Brasil



FIESP: resultado do PIB mostra que governo age na contramão do ajuste

O resultado do desempenho do Produto Interno Bruto (PIB), divulgado nesta terça-feira (19), mostra que o governo está agindo na contramão do ajuste econômico. A avaliação é da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), divulgada em nota.

“Mais uma vez reafirmamos que o governo deve acertar suas contas, cortando gastos e melhorando a gestão. O governo tem que ser capaz de fazer mais, com muito menos. No entanto, o que os dados do IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística] mostram é que o governo age na contramão, pois a única rubrica que se expandiu no terceiro trimestre de 2015 foi justamente o consumo do governo”.

O PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país, fechou o terceiro trimestre do ano com queda de 1,7% em relação ao trimestre imediatamente anterior. Os dados das Contas Nacionais foram divulgados hoje pelo IBGE e indicam a maior retração do PIB em terceiros trimestres, desde o início da série histórica em 1996.

Houve recuo na agropecuária (-2,4%), na indústria (-1,3%) e nos serviços (-1%). O consumo das famílias caiu 1,5%. Já o consumo do governo teve variação positiva, cresceu 0,3% em relação ao trimestre anterior.

CONSTRUÇÃO

Para o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusCon-SP), o resultado deverá impactar no mercado da construção. O setor registrou retração de 6% em relação ao trimestre anterior. O sindicato avalia que a crise política está prejudicando a economia do país e precisa ser interrompida.

“A gravidade da recessão não permite que a crise política se prolongue indefinidamente. Executivo e Legislativo precisam dar um encaminhamento para o reequilíbrio futuro das contas públicas, que possibilite a diminuição das incertezas e a retomada dos investimentos”, disse a entidade em nota.

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) ressaltou que o PIB é resultado de uma crise estrutural no país, mas que a solução não passa pelo aumento da carga tributária.

“Reconhece-se que a crise é estrutural, mas até agora as ações concentraram-se em uma inócua tentativa de se aumentar a carga tributária com a volta da CPMF, o que apenas agravaria o quadro recessivo, retirando recursos das famílias e empresas e aumentando ainda mais os preços”.

Fonte: Portal EBC

CNI: indicadores da indústria têm pior outubro desde 2013

Os principais indicadores da indústria de transformação tiveram o pior mês de outubro desde 2013, de acordo com pesquisa divulgada nesta terça-feira (1º) pela Confederação Nacional



da Indústria (CNI). O faturamento real do setor alcançou 111,4 pontos, com queda de 4% em relação a setembro. Em outubro de 2014, o indicador havia ficado em 129,2 pontos e, no mesmo mês de 2013, em 128,3.

Os índices de emprego e horas trabalhadas recuaram 0,9% e 0,7% na comparação com setembro deste ano, atingindo, respectivamente, 102,8 e 90,5 pontos. Ambos caíram pelo nono mês consecutivo e também tiveram o pior resultado para outubro em dois anos. Em outubro de 2014, o indicador do emprego ficou em 114,9 pontos e, em 2013, em 111,5. O índice relativo às horas trabalhadas registrou 108,2 pontos em outubro de 2014 e 102 pontos em igual mês de 2013.

A massa salarial real caiu 1% na passagem de setembro para outubro, marcando 117,9 pontos. Também é o resultado mais fraco desde outubro de 2013. Segundo a CNI, "a retração do emprego e dos salários é resultado da forte queda da atividade industrial". Os dados são dessazonalizados (ajustados para o período).

A utilização da capacidade instalada também indica a retração da atividade no setor. O indicador ficou em 77,7% em outubro de 2015, inferior aos percentuais de 81% e 82,4% registrados em outubro de 2014 e de 2013.

Fonte: Agência Brasil

Crise atual é mais difícil de superar que a de 2008, diz economista da CNI

O economista Flávio Castelo Branco, gerente de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), disse nesta terça-feira

(1º) que superar a crise econômica atual será mais difícil que em 2008. Segundo ele, a de 2008 foi uma crise externa do setor financeiro internacional, "que repercutiu fortemente aqui com problemas de liquidez".

De acordo com o economista, as ações de política econômica acabaram se revertendo. "Hoje é diferente. Temos uma crise doméstica de natureza fiscal, junto a dificuldades de competitividade."

Castelo Branco falou sobre o assunto ao comentar os indicadores industriais de outubro, divulgados nesta terça-feira pela CNI. Os dados coletados pela entidade mostram queda no faturamento, emprego, horas trabalhadas e massa salarial na comparação com 2013 e 2014. Para o gerente da CNI, o fato de o governo ter mantido os gastos em alta e não ter solucionado a questão da competitividade no país contribuiu para a crise econômica de 2015.

"As medidas de recuperação da demanda em 2009 se mostraram eficazes. Foram tipicamente anticíclicas [nome dado a ações adotadas para enfrentar um ciclo econômico e que, em época de recessão, envolvem estímulo ao consumo e aumento de gastos]. O problema foi continuar com elas mesmo depois que a economia brasileira já tinha se recuperado. Nosso problema não era mais de demanda, mas de competitividade. Terminou tendo um custo fiscal elevado para o Tesouro", afirmou Flávio Castelo Branco.

Conforme Castelo Branco, a queda de investimentos na indústria é "expressiva". "As quedas são bastante expressivas e a recuperação futura acaba sendo comprometida."

Castelo Branco acrescentou que o setor vê 2016 "com apreensão". "Os problemas de 2014 não foram solucionados em 2015. Muitos deles se



agravaram e, como estão sendo transferidos para 2016, vamos começar o próximo ano com as mesmas dificuldades presentes", concluiu.

Fonte: Portal EBC

Congresso derruba veto à regulamentação de aposentadoria de servidor

A Câmara dos Deputados acompanhou o Senado e derrubou, por 350 votos a 15, o veto total ao Projeto de Lei Complementar 124/15, que regulamenta a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, aos 75 anos.

No Senado, houve 64 votos contra o veto e apenas 2 a favor.

Assim, o projeto será remetido novamente à Presidência da República para publicação com o aviso da derrubada do veto.

Fonte: Agência Brasil

Apesar de descobrir gravidez após demissão, gestante não perde direitos

Apesar de ter ajuizado a ação trabalhista 23 meses após ser demitida, ocorrida quando estava grávida, a empregada de uma padaria do município de Pontes e Lacerda receberá indenização equivalente aos salários e vantagens deste a data

da demissão até o término da estabilidade provisória garantida à gestante. A decisão foi da 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso (TRT/MT) que negou o recurso da empresa e manteve a sentença.

Na ação, a trabalhadora pleiteou os salários e as demais verbas desde a dispensa até quatro meses após o parto, além de horas extras com os respectivos reflexos, aviso prévio e indenização por danos morais. A empresa alegou que não sabia que a empregada estava grávida na data de demissão, e que ela tentou tirar vantagem da gravidez já que entrou com a ação somente após 23 meses.

Mesmo observando que a gravidez foi confirmada após a extinção do contrato de trabalho, a juíza Rafaela Pantarotto, titular da Vara do Trabalho de Pontes e Lacerda, entendeu que a empregada tem o direito às verbas trabalhistas.

Ainda conforme a relatora, o fato de a trabalhadora ajuizar a ação somente após o período de estabilidade não implica em renúncia à garantia de emprego, ou mesmo em abuso de direito.

Fonte: Âmbito Jurídico

Servente perde estabilidade garantida à gestante por recusar o retorno ao emprego

Uma servente da H. L. e C. S.A., em Francisco Beltrão, perdeu o direito à estabilidade da estante por ter recusado a oferta para voltar ao emprego. A possibilidade de retornar às antigas funções foi oferecida tão logo a empresa soube da



ação trabalhista e da gravidez da funcionária à época da demissão. A trabalhadora, no entanto, recusou a proposta alegando que já havia sido mandada embora e que o clima entre as partes ficou ruim, em consequência da demissão.

A decisão que negou o direito à estabilidade, pela recusa de reintegração ao emprego, é da 6ª Turma de desembargadores do TRT-PR, e ainda cabe recurso.

Para a 6ª Turma de desembargadores do TRT-PR não está em questão o reconhecimento da estabilidade gestacional da servente, mas o direito de simplesmente se negar a retornar ao trabalho. Os magistrados entenderam que a empresa não pode ser penalizada pela ausência de tentativa de reintegração por parte da autora, bem como sua pronta renúncia à oferta feita em audiência.

Os desembargadores consideraram que a alegação de haver um "clima ruim" entre as partes foi desprovida de qualquer prova. "Desse modo, ausente pedido de reintegração, é vedado ao Judiciário acolher o pedido de indenização, sob pena de desvirtuamento legal do instituto (art. 118 da Lei 8.213/91) e consequente enriquecimento sem causa da ex-empregada. Ao assim agir, resta cristalina a intenção da parte autora de, tão-somente, receber os salários sem nenhuma contraprestação, pretensão que, data venia, não apenas se ressentir de amparo normativo, como afronta o postulado básico da boa-fé que deve, imperiosamente, animar ambos os litigantes", diz o acórdão. Foi relatora a desembargadora Sueli Gil El Rafihi. *Fonte: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região*

Fonte: Jusbrasil

Julgamento no STF tem maioria pela contribuição sindical a centrais

Depois de cinco anos, o Supremo Tribunal Federal (STF) retomou, e já suspendeu novamente, julgamento de uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) que questiona o repasse da contribuição sindical para centrais. Na retomada, o placar passou a ser favorável às entidades sindicais: 5 a 3. A análise da ADI 4.067 foi interrompida outra vez devido a um pedido de vista feito pelo ministro Gilmar Mendes.

A ação foi ajuizada em 2009 pelo DEM, para o qual os recursos da contribuição (também conhecido como imposto) sindical não podem ser usados para custeio de atividades que extrapolem os limites das categorias profissionais – no ponto de vista do partido, informa o STF, as centrais sindicais não tem como finalidade primordial a defesa de interesses de uma categoria.

Nessa questão, todos os ministros que votaram até agora reconheceram a possibilidade de as centrais participarem desses fóruns. A divergência está no repasse da contribuição.

A divergência inicial veio com o voto do ministro Marco Aurélio Mello, para quem as centrais têm representação efetiva dos trabalhadores. Também divergiram do relator a ministra Cármen Lúcia e o ministro Eros Grau (também aposentado), empatando o julgamento, ainda em 2010. A "virada" veio quinta (26), na retomada do julgamento, com os votos dos ministros Luís Roberto Barroso – sucessor de Ayres Britto – e Rosa Weber.

Para Barroso, a característica essencial das contribuições compulsórias, de natureza tributária, é sua destinação clara e a idoneidade constitucional do fim ao qual se destinam.

O ministro acrescentou que não há prejuízo às entidades do sistema confederativo (sindicatos, federações, confederações), uma vez que os 10% destinados às centrais saem da parte destinada ao Ministério do Trabalho. Antes da Lei 11.648, de 2008, que reconheceu formalmente as centrais sindicais, a contribuição sindical era dividida da seguinte maneira: 60% para sindicatos, 15% para federações, 5% para confederações e 20% para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Com a lei, metade desses 20% passaram a ser repassados às centrais reconhecidas por meio de critérios de representação.

Fonte: Rede Brasil Atual

NCST inaugura sede em SP

Com a presença de várias lideranças sindicais, a NCST inaugurou sua nova sede em São Paulo. O companheiro Luizinho, presidente da NCST-SP, saudou todos os presentes, ressaltando mais “uma importante conquista dos trabalhadores brasileiros”.

O presidente nacional da NCST, José Calixto Ramos, presente ao evento, cumprimentou a iniciativa e abordou assuntos de interesse do movimento sindical brasileiro.

Já o presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, presente à solenidade, destacou o avanço da Nova Central, da qual é vice-presidente, na luta dos trabalhadores brasileiros.



Acima, Luizinho fala para os presentes. Na foto abaixo, Mazinho com o presidente Calixto e outras lideranças na inauguração da nova sede da NCST-SP

AGENDA PRESIDENTE DA CONTRICOM **FRANCISCO CHAGAS COSTA – MAZINHO**

Dia 3 de dezembro - Local: São Paulo (SP)
Assunto: Participa, como vice-presidente nacional da NCST, de reunião com o DIEESE e demais Centrais Sindicais para o lançamento do documento Compromisso Pelo Desenvolvimento, contendo propostas dos trabalhadores e empresários para conter a crise e retomar a empregabilidade no país.

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)